

# Problemas de saúde mental na população rural brasileira: prevalência, fatores de risco e cuidados

## Mental health problems in the brazilian rural population: prevalence, risk factors and care

Luis Lopes Sombra Neto<sup>1,2,4</sup>. Morgana Pordeus do Nascimento Forte<sup>3,4</sup>. Vanira Matos Pessoa<sup>4</sup>. Eugênio de Moura Campos<sup>1,2</sup>.

1 Hospital Universitário Walter Cantídio (HUWC), Fortaleza, Ceará, Brasil. 2 Universidade Federal do Ceará (UFC), Fortaleza, Ceará, Brasil. 3 Universidade de Fortaleza (Unifor), Fortaleza, Ceará, Brasil. 4 Fundação Oswaldo Cruz Ceará, Fortaleza, Ceará, Brasil.

### RESUMO

**Objetivo:** Descrever as evidências científicas recentes sobre saúde mental nas populações rurais brasileiras. **Método:** Trata-se de um artigo de revisão com busca realizada nas bases de dados Scielo, Lilacs e Medline, utilizando-se os descritores “Saúde mental”, “Rural” e “Brasil” e seus correspondentes em inglês, e em documentos publicados pelo Ministério da Saúde, pelo IBGE e pela Fiocruz. **Resultados:** A porcentagem de pessoas que vivem em territórios rurais brasileiros com diagnóstico de depressão é de 7,6%, predominantemente do gênero feminino. Pesquisas nacionais detectaram 24,1% de indivíduos com transtornos mentais comuns e 8,4% de pessoas com transtornos relacionados ao uso de álcool. Entre os fatores associados aos problemas de saúde mental, sobressaem-se baixa escolaridade, baixa renda, uso de medicamento para dormir, tabagismo e problema mental prévio. Destaca-se o papel da Atenção Primária à Saúde (APS) como responsável por inserir as famílias rurais nos cuidados, entretanto, observa-se a falta de ações específicas voltadas para essa problemática e a carência de capacitação profissional em saúde mental. **Conclusão:** Todos esses dados demonstram a importância do estudo da saúde mental nas populações rurais e de se buscar a prevenção de fatores de risco, fortalecer o papel da APS nos cuidados e proporcionar melhor qualidade de vida para indivíduos com sofrimento mental.

**Palavras-chave:** Saúde mental. Assistência à saúde mental. População rural. Saúde da população rural. Serviços de saúde rural.

### ABSTRACT

**Objective:** To describe recent scientific evidence on mental health in rural Brazilian populations. **Method:** This is a review article with a search carried out in the databases Scielo, Lilacs and Medline, using the descriptors “Saúde Mental”, “Rural” and “Brasil” and their correspondents in English, and in documents published by the Ministry of Health, IBGE and Fiocruz. **Results:** The percentage of people living in rural Brazilian territories with diagnosis of depression is 7.6%, with female predominance. National surveys detected 24.1% of individuals with common mental disorders and 8.4% of people with disorders related to alcohol use. Among the factors associated with mental health problems, low education, low income, use of sleeping pills, smoking and previous mental illness have prevalence. The role of the Primary Health Care (PHC) is highlighted as responsible for inserting rural families in care. There is a lack of specific actions aimed at this problem and the lack of professional training in mental health. **Conclusion:** All these data demonstrate the importance of studying mental health in rural populations and seeking to prevent risk factors, strengthen the role of PHC in care and provide better quality of life for individuals with mental suffering.

**Keywords:** Mental health. Mental health assistance. Rural population. Rural health. Rural health services.

**Autor correspondente:** Luis Lopes Sombra Neto, Rua Pastor Samuel Munguba, 1290, Rodolfo Teófilo, Fortaleza, Ceará. CEP: 60450-060. Telefone: +55 85 33668149. E-mail: luisneto88@hotmail.com

**Conflito de interesses:** Não há qualquer conflito de interesses por parte de qualquer um dos autores.

Recebido em: 05 Jan 2022; Revisado em: 14 Mar 2022; Aceito em: 01 Abr 2022.

## INTRODUÇÃO

Os transtornos mentais geram grande sofrimento para os indivíduos que os apresentam, seus familiares e cuidadores. Entre eles, a depressão é a principal causa de incapacidade em todo o mundo e contribui de forma relevante para a carga global de doenças. Estima-se que mais de 300 milhões de pessoas no mundo sofram com depressão. Entretanto, esse transtorno ainda é subdiagnosticado e mais da metade das pessoas afetadas não recebem tratamento adequado.<sup>1</sup>

Dados da Pesquisa Nacional de Saúde<sup>2</sup> revelaram diagnóstico de depressão em 10,2% de brasileiros com mais de 18 anos, representando 16,3 milhões de indivíduos, com maior prevalência no gênero feminino, na faixa etária entre 60 e 64 anos e nos níveis de escolaridade extremos: superior completo e fundamental incompleto.

Apesar dos apontamentos, observa-se uma grande fragilidade na assistência à saúde mental no Brasil. Menos da metade dos homens (43,8%) e das mulheres (49,3%) que possuem diagnóstico de depressão usam medicamentos para o transtorno. Apenas 52,8% receberam assistência médica para depressão nos últimos 12 meses e somente 18,9% possuem acompanhamento psicoterapêutico. Além disso, o percentual de indivíduos amparados pelos serviços públicos de saúde é reduzido: 29,7% nas unidades de atenção primária à saúde e 13,7% em centros de especialidades, policlínica pública ou ambulatório de hospital público, à medida que 47,4% são acompanhados em clínica particular ou privada.<sup>2</sup>

Comparando o acompanhamento dos pacientes com diagnóstico de depressão nos territórios rurais e urbanos, verifica-se que, nos rurais, 47,9% desses indivíduos receberam assistência médica para a doença nos últimos 12 meses, enquanto nos territórios urbanos o percentual foi de 53,4%. Essa diferença na assistência entre as populações urbana e rural é corroborada pelos dados relacionados ao tratamento psicoterápico de pacientes com depressão: 13,4% no rural e 19,6% no urbano.<sup>2</sup>

Esses dados sobre diagnóstico e acompanhamento de pacientes com depressão revelam uma carência na abordagem dos problemas de saúde mental, especificamente para a população rural, mostrando a necessidade de políticas públicas voltadas para a atenção à saúde mental da população que mora nos territórios rurais.<sup>3,4</sup>

Essa lacuna também pode ser observada na literatura científica publicada sobre esse tema. Em busca realizada no banco de dados Scielo sobre a saúde da população rural em 2017, Junqueira et al<sup>5</sup> identificaram 444 trabalhos. Entre estes, 87% abrangiam 13 grandes áreas do conhecimento, sendo que a de saúde mental não é citada entre elas, demonstrando a escassez de estudos com essa abordagem.

A necessidade de aprimorar as ações voltadas para a saúde mental nos territórios rurais requer o levantamento da literatura publicada sobre o assunto, a fim de destacar as vulnerabilidades e embasar o planejamento de estudos e novas estratégias de atenção nesta linha de cuidado.

## MÉTODO

Trata-se de revisão narrativa de literatura com o objetivo de descrever as evidências científicas recentes sobre o tema saúde mental nas populações rurais brasileiras. A busca das produções científicas foi realizada nas bases de dados eletrônicas Scielo, Lilacs e Medline utilizando-se dos descritores de forma combinada: “Saúde mental”, “Rural” e “Brasil” e seus correspondentes em língua inglesa, incluindo publicações dos últimos 5 anos. Em virtude da escassez de artigos específicos sobre o tema, a busca foi ampliada para livros e documentos publicados pelo Ministério da Saúde, pelo IBGE e pela Fiocruz de acordo com a relevância para a temática proposta para o estudo.

## RESULTADOS

### Prevalência dos problemas de saúde mental na população rural

A Pesquisa Nacional de Saúde (PNS), realizada pelo Ministério da Saúde em parceria com o IBGE,<sup>2</sup> estimou que 7,6% de pessoas que vivem em territórios rurais, maiores de 18 anos, possuem diagnóstico de depressão, sendo mais prevalente em mulheres. Destes, 45,6% fazem uso de medicamentos para o tratamento da depressão e 11,4% possuem grau intenso ou muito intenso de limitações nas atividades habituais devido ao transtorno. Além disso, 4,1% dos entrevistados informaram ter sido diagnosticados com outro transtorno mental, como esquizofrenia, transtorno bipolar, psicose ou transtorno obsessivo-compulsivo.

Entre os problemas de saúde mental, os transtornos relacionados ao uso de álcool também se revelam em números expressivos, porém, ainda existe uma evidente falta de dados sobre consumo de álcool em populações rurais do Brasil. Um estudo baseado em uma amostra com mais de 1500 indivíduos que vivem em território rural encontrou uma prevalência de 8,4% de pessoas com transtornos relacionados ao uso de álcool, sendo observado maiores números nos grupos de homens, menor escolaridade e tabagistas.<sup>6</sup>

Os denominados transtornos mentais comuns (TMC), caracterizados por sintomas depressivos e estados de ansiedade, irritabilidade, fadiga, insônia, dificuldade de memória e concentração e queixas somáticas<sup>7</sup> também são frequentes. Em estudo transversal realizado com 162 residentes de assentamento rural, localizado na região Centro-Oeste do Brasil, detectou prevalência de 24,1% de TMC.<sup>8</sup> Segundo estudos brasileiros,<sup>7,9,10</sup> a prevalência dos TMC em mulheres que habitam territórios rurais das regiões Sul, Sudeste e Nordeste encontra-se entre 31,6% e 36,4%.

Os problemas de saúde mental estão diretamente relacionados à qualidade de vida das pessoas. Estudo realizado por Bortolotto, Loret, Tovo-rodrigues (2018)<sup>11</sup> com populações que vivem em territórios rurais constatou que 22,5% dos indivíduos referiram sua percepção de qualidade de vida global

como muito ruim, e 26,3% estão insatisfeitos com a própria saúde. Inclusive, foi encontrada uma relação estatisticamente significativa ( $p = 0,049$ ) entre residir a vida toda na zona rural e pior percepção de qualidade de vida global.

Além disso, essa realidade parece contribuir com uma pior autopercepção da saúde em grupos ainda mais vulneráveis, como os idosos, conforme destacado por Bos et. al.<sup>12</sup> Em pesquisa, no qual analisou dados secundários comparando as diferenças sociodemográficas, econômicas e de saúde entre os brasileiros acima de 60 anos que moram em territórios rurais e urbanos, encontraram, com significância estatística, maior percentual de pacientes idosos dos territórios rurais que alegaram possuir uma autopercepção de saúde ruim ou regular ( $p < 0,0001$ ).

### **Fatores associados ao desenvolvimento de transtornos mentais na população rural**

O processo de saúde-doença-cuidado é complexo e multidimensional. O próprio estigma e a marginalização em que, historicamente, encontra-se a população rural é um dos contribuintes. Fatores como isolamento ambiental e social; exposição cotidiana à violência; violação de direitos civis, culturais, políticos e sociais; exclusão de oportunidades de educação e renda podem manifestar-se por meio de sintomas psicossomáticos, uso de substâncias lícitas e ilícitas, ou mesmo transtornos mentais.<sup>13,14</sup>

Um estudo realizado com mulheres na faixa etária entre 20 e 59 anos de áreas cobertas pela Estratégia de Saúde da Família na Zona da Mata Mineira, revelou uma prevalência de 19,7% de pessoas com depressão, estando estatisticamente associados fatores como possuir baixa escolaridade ( $p=0,002$ ), baixa renda ( $p=0,008$ ), usar medicamento para dormir ( $p<0,001$ ), ser tabagista ( $p=0,006$ ), ter procurado atendimento na Atenção Primária à Saúde (APS) no último ano ( $p=0,002$ ) e ter transtorno mental prévio ( $p<0,001$ ), ao mesmo tempo em que foram observados fatores de proteção como ser casado/viver com companheiro ( $p=0,002$ ), ter apoio social de parente ( $p= 0,001$ ) e realizar atividades físicas regularmente ( $p= 0,004$ ).<sup>15</sup>

Além disso, é importante destacar a associação de transtornos mentais com outros problemas de saúde. Um estudo relacionando saúde mental e comorbidades em moradores da zona rural no município de Pelotas-RS detectou transtorno depressivo em 35,4% deles, destacando-se uma maior prevalência em pessoas com doenças crônicas.<sup>16</sup> Este estudo demonstrou que, quanto maior o número de doenças crônicas, maior a predominância de sintomatologia depressiva. Pessoas com hipertensão, diabetes mellitus e doença cardíaca apresentaram quase duas vezes mais sintomas do que aqueles sem alguma dessas doenças.

Na análise dos fatores que contribuem para o desenvolvimento de transtornos mentais na população rural, é fundamental considerar o trabalho exercido nestes territórios por agricultores familiares e pescadores artesanais que têm relação direta com o ambiente e o espaço onde vivem. O sofrimento mental, muitas

vezes, está associado ao esforço físico exorbitante no contexto de trabalho, ao uso de agrotóxicos com ou sem equipamentos de segurança, às políticas ineficazes de garantias de renda em períodos de escassez, à preocupação com sustento familiar, entre outros.<sup>17</sup>

Um estudo realizado em assentamentos rurais do Nordeste brasileiro investigando a incidência de TMC mostrou maior incidência no gênero feminino, menor renda e baixa escolaridade. No grupo das mulheres, destacaram-se as associações do sofrimento mental com sobrecarga de trabalho doméstico, violência de gênero e estressores do cotidiano, em contrapartida, para os homens, sobressaíram-se a sobrecarga do trabalho na agricultura, o aparecimento de doenças e a perda da vitalidade física.<sup>18</sup>

É importante ressaltar que o trabalho doméstico exercido no meio rural, principalmente por mulheres, que também auxiliam os maridos nas atividades agropecuárias, proporciona sobrecarga pesada de esforço físico e mental. Dessa forma, nessa perspectiva de gênero, homens e mulheres irão vivenciar suas emoções de maneira diferente, pautados principalmente nos modelos socioculturais vivenciados. A literatura identifica que as mulheres são mais acometidas que os homens em decorrência de inúmeros fatores: cuidado com os filhos, elevada carga laboral, baixa gratificação e falta de visibilidade na realização do trabalho doméstico.<sup>18</sup>

### **Cuidados em saúde mental rural: o papel da APS**

Nas últimas décadas, no Brasil, o modelo de assistência para os pacientes com transtornos mentais passou por profundas mudanças, transformando um sistema voltado basicamente para os internamentos em hospitais psiquiátricos para uma abordagem centrada na reinserção dos pacientes à sociedade. Essas mudanças buscaram superar antigos preconceitos e estigmas relacionados ao paciente com transtorno mental e realizar um manejo adequado, destacando a importância do contexto familiar como um dos principais fatores que contribuem para a saúde mental de um indivíduo, pois, além de alguns transtornos terem uma relação comprovadamente genética, a família serve como rede de apoio e de cuidados.<sup>19,20,21</sup>

Sendo assim, a APS, principalmente por meio da Estratégia Saúde da Família, é um elemento central nos cuidados em saúde mental, majoritariamente nos territórios rurais, por ser responsável em inserir a família como objeto e sujeito do cuidado e da promoção de saúde e de articular os demais equipamentos que compõem a Rede de Atenção Psicossocial.<sup>22</sup> Dessa forma, para alcançar plenamente esses objetivos, devem ser consideradas as especificidades de cada indivíduo e do território em que está inserido. A detecção dos componentes biopsicossociais determinantes para o desenvolvimento de transtornos mentais, realizando, quando necessário, um plano terapêutico referenciado, como no matriciamento, e a elaboração de ações voltadas para promoção, prevenção, tratamento, reabilitação e reintegração na comunidade desses indivíduos são indispensáveis para a consolidação dessa articulação.<sup>23,24,25</sup>

Merece destaque o quanto estão preparados os profissionais da APS para o atendimento de pacientes com transtornos mentais. Em estudo realizado por Rotoli et al.<sup>22</sup> com médicos, enfermeiros, psicólogos e assistentes sociais, os resultados apontaram que muitos destes alegaram não ter base teórica específica para o atendimento de pessoas com transtornos mentais na APS, considerando o encaminhamento para especialistas ou hospitais como a conduta a ser realizada. Isso demonstra a urgência em realizar uma qualificação profissional para a abordagem aos pacientes com transtornos mentais junto às equipes de saúde da família.

Além disso, a associação dos fatores biopsicossociais com o desenvolvimento de transtornos mentais na população rural ainda é, muitas vezes, negligenciada pelos profissionais de saúde, os quais não são especificamente capacitados para trabalhar nessas regiões. Essa realidade demonstra que as entidades educacionais necessitam preparar e inserir os alunos desde o início dos cursos nos atendimentos voltados para a população rural. Os profissionais que atuam nessas áreas também necessitam de uma educação permanente para desenvolver habilidades e competências diante das particularidades desses pacientes.<sup>26,27</sup>

Apesar da importância comprovada da APS para os cuidados da saúde mental dos indivíduos nos territórios rurais, algumas ações ainda precisam ser fortalecidas no intuito do aprimoramento destes cuidados, tais como capacitação profissional, ações englobando os cuidados biopsicossociais, a melhora na integração entre os serviços, a participação do trabalho interdisciplinar, o investimento na integralidade da atenção e a participação dos usuários e seus familiares.<sup>19,20,21</sup>

## CONCLUSÃO

Os dados compilados nessa revisão demonstram a importância do estudo sobre saúde mental na população rural, pois é

encontrada prevalência elevada de alguns transtornos e problemas de saúde mental neste grupo, os quais estão associados à diminuição da capacidade funcional e à baixa qualidade de vida.

Alguns fatores clínicos e psicossociais, sobretudo baixa escolaridade, baixa renda, uso de medicamento para dormir, tabagismo, atendimento na APS no último ano, doença física ou mental prévia e sobrecarga de trabalho mostraram-se associados ao desenvolvimento de transtornos mentais nesta população. Dessa forma, tornam-se fundamentais ações específicas para prevenir os fatores de risco e mitigar prejuízos decorrentes dos transtornos mentais.

Dentro das políticas de saúde pública, as ações de saúde mental nos territórios rurais ainda são insuficientes, sendo necessárias medidas estratégicas, como o fortalecimento da atenção integral e longitudinal, principalmente por meio da APS, e a capacitação dos profissionais que atuam nessas localidades.

Apesar dessa realidade, são poucas as pesquisas sobre o tema na literatura científica, destacando-se a carência de estudos sobre transtornos mentais específicos nos territórios rurais, tais como psicoses, ansiedade, problemas com uso de álcool e outras substâncias. Diante do apresentado, conclui-se que é muito importante destinar mais recursos financeiros para investimento em pesquisas sobre a saúde mental da população rural.

Mesmo com a limitação inerente de uma revisão narrativa em que não é empregada uma metodologia de seleção sistemática da literatura, acarretando o enfraquecimento do poder de reprodutibilidade, o presente artigo possui a particularidade de apresentar e examinar estudos sobre a temática da saúde mental em indivíduos que vivem nos territórios rurais, contribuindo para explicitar problemas de saúde mental dessa população que é historicamente estigmatizados e marginalizados.

## REFERÊNCIAS

1. World Health Organization. Depressão [internet]. Geneva: OMS, 2021 [acesso em 25 set. 2021]. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/topicos/depressao>.
2. Brasil. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Pesquisa Nacional de Saúde. Rio de Janeiro, RJ: IBGE; 2019. 181p. [acesso em 25 mai 2021]. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbso/a/D5GHRqhZFgYL5BQjppqt5V3J/abstract/?lang=pt>.
3. Pessoa VM, Almeida MM, Carneiro FF. Como garantir o direito à saúde para as populações do campo, da floresta e das águas no Brasil? *Saúde em Debate*. 2018;42(1): 302-314.
4. Brasil. Ministério da Saúde. Gabinete do Ministro. Portaria nº 2.311, de 23 de outubro de 2014. Altera a Portaria nº 2.866/GM/MS, de 2 de dezembro de 2011, que institui, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), a Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo e da Floresta (PNSIPCF). *Diário Oficial da União, Brasília: Ministério da Saúde*, 2014.
5. Junqueira FM, Melo Cabral ER de, Carneiro FF, Targa LV, Almeida MM de, Rocha MCP de, et. al. A pesquisa brasileira em contextos rurais: instrumento de justiça social. In: Savassi LCM, Almeida MM de, Floss M, Lima MC, organizadores. *Saúde no caminho da roça*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ; 2018. 163 p. (Coleção Fazer saúde).
6. Jaeger GP, Mola CL, Silveira MF. Transtornos relacionados ao uso de álcool e fatores associados em zona rural do Brasil. *Revista de Saúde Pública*. 2018;52(1):1-8s.
7. Parreira BDM, Goulart BF, Haas VJ, Silva SR da, Monteiro JC dos S, Gomes-Sponholz FA. Common mental disorders and associated factors: a study of women from a rural area. *Rev. Esc. Enferm. USP*. 2017. 51(1):1-8.
8. Silva AC da, Vargas LC, Moraes RCC, Lucchese R, Guimarães RA, Vera I. Prevalência e fatores associados ao transtorno mental comum em assentados rurais. *SMAD, Rev. Eletrônica Saúde Mental Álcool Drog*. 2019;15(1):23-31.
9. Soares PSM, Meucci RD. *Epidemiologia dos Transtornos Mentais*

Comuns entre mulheres na zona rural de Rio Grande, RS, Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*. 2020, 25(8):3087-3095.

10. Furtado FMSF, Saldanha AAW, Moleiro CMMM, Silva, J. Transtornos Mentais Comuns em mulheres de cidades rurais: prevalência e variáveis correlatadas. *Saúde e Pesquisa, Maringá*. 2019;12(1):129-140.

11. Bortolotto CC, Loret CM, Tovo-rodrigues L. Qualidade de vida em adultos de zona rural no Sul do Brasil: estudo de base populacional. *Revista de Saúde Pública*. 2018;52:1-4s.

12. Bós JG, Ianiski VB, Camacho NCA, Martins RB, Rigo II, Grigol MC et al. Diferenças no perfil socioeconômico e de saúde de idosos no meio rural e urbano: pesquisa Nacional de Saúde, 2013. *Geriatrics, Gerontology and Aging*. 2018;12(3):148-153.

13. Costa Neto MC, Dimenstein M. Cuidado Psicossocial em Saúde Mental em Contextos Rurais. *Temas em Psicologia*. 2017;25(4):1053-1064.

14. Dantas CMB, Dimenstein M, Leite JF, Macedo JP, Belarmino VH. Território e determinação social da saúde mental em contextos rurais: cuidado integral às populações do campo. *Athenea Digital*. 2020;20(1):1-21.

15. Gonçalves AMC. Prevalência de depressão e fatores associados em mulheres atendidas pela Estratégia de Saúde da Família. *Jornal Brasileiro de Psiquiatria*. 2018;67(2):101-9.

16. Hirschmann R, Gomes AP, Gonçalves H. Sintomatologia depressiva entre moradores da zona rural de uma cidade no Sul do Brasil. *Revista de Saúde Pública*. 2018;52(1):1-11s.

17. Pastório IT, Roesler MRB, Plein C. Condições de trabalho e saúde mental do/a trabalhador/a rural: desafios e perspectivas no desenvolvimento rural. *Revista GeoPantanal*. 2018;24 (1):129-146.

18. Leite JF, Dimenstein M, Dantas CB, Silva EL, Macedo JPS, Sousa AP de. Condições de vida, saúde mental e gênero em contextos rurais: um estudo a partir de assentamentos de reforma agrária do

Nordeste brasileiro: uma revisão sistemática. *Avances en Psicología Latinoamericana*. 2017;35(2):301-316.

19. Santos LCD, Domingos TDS, Braga EM, Spiri WC. Mental health in primary care: experience of matrix strategy in the rural area. *Rev Bras Enferm*. 2020;73(1):1-5.

20. Marques LP, Silva AL da, Savassi LCM, Almeida MM de, Floss M, Lima MC. Uma nova agenda para a saúde rural. In: SAVASSI, L. C. M. et al. *Saúde no caminho da roça*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2018. p. 141-150.

21. Cirilo Neto M, Dimenstein, M. Saúde Mental em Contextos Rurais: o Trabalho Psicossocial em Análise. *Psicologia: Ciência e Profissão*. 2017;37(2):461-474.

22. Rotoli A, Silva MRS da, Santos AM dos, Oliveira AMN de, Gomes GC. Saúde mental na atenção primária: desafios para a resolutividade das ações. *Escola Anna Nery Revista de Enfermagem*. 2019;23(2):1-9.

23. Castro MM, Massuda A, Almeida G, Menezes-Filho NA, Andrade MV, Noronha KVMS et al. Brazil's unified health system: the first 30 years and prospects for the future. *Health Policy*. 2019;394(27):345-356.

24. Macinko J, Mendonça CS. Estratégia Saúde da Família, um forte modelo de Atenção Primária à Saúde que traz resultados. *Revista Saúde em Debate*. 2018;42(1):18-37.

25. Brasil. Ministério da Saúde. Gabinete do Ministério. Política Nacional de Atenção Básica 2017. Portaria Nº 2.436, de 21 de setembro de 2017. Brasília, DF: Ministério da Saúde; 2017.

26. Gaino LV, Souza J de, Cirineu CT, Tulimosky TD. O conceito de saúde mental para profissionais de saúde: um estudo transversal e qualitativo. *Revista Eletrônica Saúde Mental, Álcool Drogas, Ribeirão*. 2018; 14(1):108-116.

27. Almeida, MM, Floss M, Targa LV, Wynn-Jones J, Chater AB. It is time for rural training in family medicine in Brazil! *Revista Brasileira de Medicina de Família e Comunidade*. 2018;13(40):1-4.

#### Como citar:

Sombra LL Neto, Forte MP, Pessoa VM, Campos EM. Problemas de saúde mental na população rural brasileira: prevalência, fatores de risco e cuidados. *Rev Med UFC*. 2022;62(1):1-5.